

PSICOTÉCNICOS: AJUDE A RESOLVER



O exame psicotécnico para motoristas é uma das atividades em psicologia mais desacreditadas pela população e pelos próprios psicólogos. Nos últimos 18 meses o CRP tem-se envolvido cada vez mais com os problemas da área, mobilizando profissionais, organizando comissões de estudo, estabelecendo contatos com o Detran e a Secretaria da Fazenda. Conseguimos que o Governo do Estado preparasse um projeto de lei que está sendo encaminhado à Assembléia Legislativa, propondo um aumento na taxa paga por esse exame. Precisamos nos mobilizar para que essa lei seja aprovada.

A taxa não é o único problema da área (veja o quadro sobre a estratégia do CRP), mas sem conseguir um aumento substancial, não há condições para um trabalho digno e, por consequência, dificilmente se consegue atingir o objetivo social que deu origem ao exame: ajudar a diminuir os acidentes de trânsito.

Aprovar um projeto para aumentar taxas é tarefa de leão. Leão mesmo, porque o Estado estará cobrando um preço maior por serviço prestado. Mas o CRP se convenceu e ajudou a convencer as autoridades governamentais de que o aumento é necessário. Agora precisamos da ajuda da categoria para se mobilizar e convencer os deputados de que o aumento é necessário.

Em várias matérias desta edição do *JORNAL DO CRP* fornecemos subsídios para compreensão dos profissionais que não atuam diretamente na área. Precisamos da ajuda e colaboração de todos para aprovar essa lei, porque a melhora desse setor se refletirá em benefício de todos.

O CRP recomenda que cada psicólogo entre em contato com o deputado que tem seu apoio político para esclarecer e convencer a votar no projeto. Para maiores informações e para dar o nome do deputado que você contactou, telefone para Ana Lucia, na sede, ou para as delegacias do CRP.

A Lei

A lei estadual que precisamos mudar é a 2251/79, que estabelece valores para diversos serviços prestados pelo Estado, de xerox a exames médicos e psicológicos. Essa lei estabelece que os valores de cada taxa serão corrigidos anualmente pela variação da ORTN. Anualmente o governo envia à Assembléia Legislativa um novo projeto — geralmente aprovado em dezembro — corrigindo as taxas para o ano seguinte. Com a luta do Conselho e da categoria, conseguimos que na proposta da Secretaria da Fazenda ao governador houvesse um aumento real de 50% no valor da taxa para exames psicotécnicos, com correção semestral.

Em janeiro deste ano, a taxa de Cr\$ 15.540 era equivalente a 0,63 ORTNs. A proposta da Secretaria da Fazenda é aumentar para 0,97 ORTNs (cerca de Cr\$ 75.000 em janeiro de 1986) e a proposta da categoria, encampada pelo CRP, é de que o aumento seja para 1,35 ORTNs.

A lei é de interesse do Executivo, porque corrige todas as taxas de serviço. O PMDB tem maioria na

Assembléia, mas o momento político é delicado e qualquer projeto, especialmente um que proponha aumento de taxas, está sujeito a chuvas e trovoadas.

Os deputados conhecem mal a situação dos psicólogos e desse exame. Provavelmente estarão resistentes a esse aumento de taxa, pela falta de credibilidade desse serviço. Precisamos procurá-los individualmente para esclarecer e conseguir sua adesão.

Quanto ganha um psicólogo de psicotécnico?

Ganha muito mal: hoje Cr\$ 15.420 para emissão de laudo a partir de aplicação de PMK, Raven ou INV, teste de coordenação bimanual e entrevista. O ano tem três fases: no início, quando a taxa é corrigida, pagam-se as dívidas do ano anterior; no meio, fazem-se planos e contrata-se algum colega para ajudar; no fim, fazem-se dívidas e trabalha-se muito porque a demanda aumenta com o exame barato.

Em São Paulo a situação é agravada pelas auto-escolas, que frequentemente cobram uma taxa (hoje Cr\$ 6.000) para cada candidato enviado. No Interior a situação está melhor porque conseguiu-se uma portaria do Detran-SP estabelecendo divisão equitativa dos exames, ou seja: um exame para cada instituto, sem interferência das auto-escolas.

Dignidade Profissional

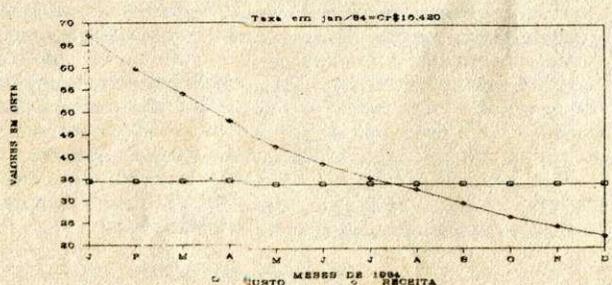
O CRP fez uma pesquisa sobre custos em 10 institutos da Grande São Paulo e 10 do Interior, institutos pequenos e grandes. A situação é tão grave que hoje também se discute o problema do ponto de vista ético: trabalhar em psicotécnico atende aos requisitos mínimos da dignidade profissional?

Os dados obtidos na pesquisa, em ORTNs e em valores de setembro são os seguintes:

Item	ORTNs	Cr\$ Setembro
Aluguel	10,45	568.870
Taxas (água, luz)	3,00	163.310
Impostos	3,18	173.110
Limpeza	1,59	86.560
Salários	10,28	559.620
Material	5,95	323.900
Total	43,45	1.875.370

Os institutos maiores reclamam que esses valores são excessivamente baixos, e até têm razão porque são valores médios. Se comparados com o número médio de exames e o valor da taxa em 1985 em ORTNs, podemos construir um gráfico que mostra a gravidade da situação:

Taxa anual a 0,63 ORTNs



Com esses dados, muitas reuniões no Detran e na

Secretaria da Fazenda, conseguimos sensibilizar as autoridades, que se mostraram, felizmente, sérias e competentes.

O projeto de lei

O projeto de lei elaborado pela Secretaria da Fazenda, com subsídios fornecidos pelo Detran, propõe um aumento real de 50% sobre o valor da taxa e correção semestral (em vez de anual, como hoje acontece). Se esse aumento for aprovado na Assembléia Legislativa, a taxa por exame será de Cr\$ 75.000 em janeiro de 1986, com reajuste em julho.

A estratégia do CRP

O CRP tem lidado com a questão dos psicotécnicos em quatro frentes: a remuneração do exame, a técnica, a administrativa e a legal. Para que a longo prazo esse serviço preventivo efetivamente contribua para melhorar as condições do trânsito, essas quatro questões devem ser encaradas ao mesmo tempo.

Remuneração do exame

Sem uma remuneração decente não há condições dignas de trabalho. Se não melhorar o CRP terá de continuar fiscalizando e punindo aqueles psicólogos que recorrem a expedientes inaceitáveis para sobreviver. Com remuneração tão baixa, o serviço tende a ser de qualidade inferior e, portanto, a não atender aos objetivos sociais para os quais foi criado.

Técnica

Muito tem sido questionado e falado na Comissão Técnica que o CRP formou, com psicólogos convidados, para examinar o problema sob essa ótica. O espaço aqui é insuficiente para tratar o assunto como é preciso. Neste momento estamos tentando conseguir recursos para uma pesquisa de validação tipo grupo experimental e controle, a ser conduzida por uma equipe da USP, por solicitação do Detran e com apoio do CRP.

Administrativa

Muitos dos problemas decorrem de procedimentos e da estrutura administrativa existente no Detran. O Detran é um órgão policial, onde dificilmente encontramos técnicos e delegados com a postura adequada para lidar com um serviço preventivo que, por sua natureza, estaria melhor em órgãos da área da saúde. Temos feito muitas reuniões e encontramos na atual gestão interesse e disposição de colaborar. Os maiores frutos desse contato são a divisão equitativa para o Interior e o compromisso com a pesquisa de validação. Há estudos para mudança de outras portarias hoje vigentes.

Legal

A assessoria jurídica do CRP fez mapeamento das leis e portarias existentes. Foi esse trabalho que permitiu descobrir que sem alterar uma lei estadual não seria possível corrigir o valor da taxa — fato desconhecido no início desta gestão do CRP. Dra. Sylvia Helena Terra tem estabelecido muitos contatos com assessores do Detran e essa tem-se mostrado uma frente de luta complexa e importante.

O Psicólogo e a Saúde Pública

O 1º Encontro Estadual dos Psicólogos do Serviço Público Federal, realizado em Dezembro de 84, trouxe à luz trabalhos de colegas que até então eram praticamente desconhecidos.

Sabe-se de bons trabalhos, mas se desconhece. Por esta razão, a Comissão de Saúde começa a divulgá-los, através do **Jornal do CRP**, com a intenção de que os mesmos, uma vez conhecidos, possam, entre outros benefícios, aprimorar o atendimento psicológico oferecido nas instituições públicas.

“O ACIDENTE DE TRABALHO: UM ENFOQUE PSICOLÓGICO”

Psicóloga Marina Soares Rodrigues*

O acidente de trabalho é, de início, um acontecimento trabalhista. Imediatamente torna-se um fato médico. Depois, quando o acidentado chega até nós, transforma-se num fato humano. O fato, o acontecimento, transforma-se conforme o olhar que dedicamos a ele. O acidente de trabalho começa a se tornar um fato humano quando o entendemos como uma mensagem ou procuramos compreender a mensagem que ele possa conter.

O contato inicial com o trabalhador acidentado deixa a sensação de que o membro que falta é aquele que acusa. De início, é uma mensagem fechada em si mesma, que sai do corpo do trabalhador (não da sua consciência) e que tem como objeto o próprio corpo. Aliás, o corpo é tudo que o trabalhador sente que possui. Atacá-lo é o único meio que ele encontra de colocar um pedacinho de si numa estrutura tão fechada e rígida como é a estrutura das relações trabalhistas no regime de capitalismo selvagem que vivemos. O trabalhador começa a existir através do que ele perde, ele faz sua inscrição enquanto cidadão atacando sua condição de trabalhador, que consiste fundamentalmente em obedecer.

H. é um rapazinho de 20 anos que perdeu os dedos numa máquina. Ele conta que sua mãe bebe e que num dia depois de uma briga entre ela e o pai, ela tomou um monte de comprimidos. O rapaz a encontrou como se estivesse dormindo, meio desmaiada. Encontraram no banheiro as caixas de comprimidos e a levaram às pressas a um hospital. Depois de um mês, o rapaz fez a mesma coisa e acrescentou: era para ela sentir como ele tinha se sentido. O sujeito comunica-se com o corpo e declina a linguagem de violência que aprendeu a conhecer. Acredito que o acidente de trabalho tem um sentido muito próximo ao desse episódio, só que no caso relatado o objeto da vingança — a mãe — estava claro e no caso do acidente de trabalho está mais diluído: o objeto não tem inicialmente uma forma precisa. O objeto a quem é endereçada

a mensagem vai se transformando e aprofundando conforme adentramos no emaranhado da situação emocional do trabalhador. Recordo-me de um metalúrgico que percebeu uma anormalidade na lâmina de aço que a esteira vinha trazendo, ele sentiu o perigo: olhou para o encarregado que não disse nada, olhou para o colega que comandava a máquina que trazia a lâmina, ele também não parou a produção e o acidente acabou acontecendo: a lâmina saiu da esteira e cortou a perna do sujeito na altura da coxa, por muito pouco ele não perdeu a outra e também a vida. Quando terminou este relato, seu primeiro gesto, ressentido, foi no sentido de apontar a atitude do encarregado que não mandou parar a produção. Procurei lembrá-lo de que ele também não teve essa iniciativa, nem seu colega. O acidente acabou tendo um gosto de vingança contra o descaso do encarregado.

Numa situação extremamente hostil como é a condição de trabalho do operário no Brasil, o trabalhador procura um responsável por ela. O encarregado é uma figura que se presta bem a esta função. A situação hostil coloca um dilema para o trabalhador: ou ele se adapta passivamente a ela e então procura um culpado, ou luta pela sua integridade. Historicamente estas posições têm-se alternado, mas tudo indica que o acidente de trabalho configura o momento onde prevalece a posição de vítima à de lutar por uma vida mais digna. A formação de uma estrutura melancólica, onde se agride a si para atingir o outro, acaba sendo a alternativa que o trabalhador vislumbra como reação instintiva a um sistema que manifesta um profundo desprezo pela sua vida.

O caso deste metalúrgico nos faz pensar na importância do conceito de vítima quando procuramos entender a dinâmica psíquica do trabalhador. Para entender essa dinâmica é importante conhecer as vicissitudes da sua condição social. Na divisão da riqueza social, o trabalhador, enquanto homem pobre, não fica com nada de bom: sobra para ele a miséria, a falta de perspectiva social e sobretudo uma imensa *desconfiança* que a sociedade lhe dedica, justamente por ser pobre. E o que é pior, através do trabalho nunca poderá melhorar suas condições de vida. Ser pobre significa ser um marginal

em potencial. A carteira profissional é seu documento por excelência, com ela ele prova para a polícia que não é marginal. A carteira profissional atesta sua honestidade. O trabalho serve não só para prover sua subsistência, mas para garantir que não seja preso. Na relação da sociedade com o trabalhador, o aspecto moral torna-se preponderante. O primeiro gesto do trabalhador é sempre no sentido de se desculpar e mostrar que não foi ele. A culpa que a sociedade tem pelas precárias condições de vida da classe pobre (haja visto, o salário mínimo) inverte-se. E o homem pobre quem se sente culpado por desejar viver melhor. É mais fácil à percepção identificar uma individualidade perversa (ação marginal) do que uma estrutura social perversa, onde o sujeito trabalha, trabalha, trabalha e no fim tudo que ele possui é apenas a capacidade de trabalhar, quando ainda a possui.

No homem pobre, o desejo leva a marca do pecado. Como não é possível viver sem desejo, este se submete, se subverte, se inverte, perverte-se e vai passar a existir na dor. A sua subjetividade calada pela racionalidade do sistema, onde não sobra espaço nem tempo para ela se expressar passa a se manifestar através das queixas. A condição de vítima (do acidente de trabalho) o exime da acusação implícita de poder se tornar um bandido. Ele se maltrata para poder receber um pouco de atenção e consideração. A ação externa da autoridade social — a desconfiança e a humilhação — passa a se reproduzir internamente na sua dinâmica psíquica, através de uma ação cruel e impiedosa do superego. Essa ação é uma válvula de escape para a agressividade do sujeito. Então, à sua submissão manifesta corresponde uma intensidade equivalente de agressividade interna. O comportamento submisso manifesto é o avesso da agressividade latente, esta seria a castração que todo trabalhador sofre e que o acidentado manifesta explicitamente no seu órgão mutilado.

* MARINA SOARES RODRIGUES — CRP 06/1143, é Psicóloga Clínica com Mestrado em Psicologia Social — USP, Psicoterapeuta de Grupo do CETAG e Psicóloga do Centro de Reabilitação Profissional do INPS/SP.

ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBANA: UM ANO DE FUNDAÇÃO

A Associação Valeparai-bana de São José dos Campos comemorou, no dia 24 de setembro último, seu primeiro ano de fundação.

Um número significativo

da categoria na região esteve presente no debate que discutiu o papel e a importância da Associação para os profissionais locais.

A palestra foi proferida

pela conselheira Maria Inez Nunes Romeiro, que salientou, em seu depoimento, a importância da existência da entidade para o reconhecimento do psicólogo na comunidade.

I ENCONTRO REGIONAL DE PSICÓLOGOS DO TRABALHO

Todas as primeiras e terceiras quartas-feiras do mês está se reunindo, aqui no Conselho, um grupo de psicólogos em-

penhados na organização deste encontro. Até este momento já contamos com a participação de cerca de 10 profissionais,

entre eles o Marco Antonio Salomão, o Gérson, o João Mendes, a Regina, a Denise. Esperamos a sua adesão.

NOTÍCIAS DAS DELEGACIAS

Novo delegado adjunto em Santos

A psicóloga Dorian Rojas Finocchio é a nova delegada adjunta da Delegacia de Santos. Sua indicação foi aceita na plenária geral de 21 de setembro último.

Após um ano de vacância do cargo, tornou-se concreta a necessidade de preenchê-lo a fim de se viabilizar a nova política de atuação conjunta fiscalização/delegacia, assim como visando melhor atender demandas específicas da região, ampliando, dessa forma, a vivência de co-gestão possibilitada pela participação na Comissão de Delegacias do CRP.

A psicóloga Dorian Rojas Finocchio é, atualmente, vice-presidente da Associação de Psicólogos de Santos, de onde traz, para compartilhar na Delegacia, sua experiência no que tange à mobilização dos psicólogos e alunos de Psicologia em torno de questões de interesse da classe.

Psicólogos de Presidente Prudente desejam expandir sua sociedade

A Sociedade de Psicologia de Presidente Prudente foi fundada em 5 de dezembro de 1983, sendo de âmbito regional e de caráter exclusivamente científico-cultural, congregando psicólogos, bacharéis em Psicologia e estudantes interessados no estudo e desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Nestes quase dois anos de existência, essa sociedade promoveu vários eventos culturais e científicos. Por ocasião da comemoração do Dia do Psicólogo, em agosto último, a Sociedade de Psicologia de Presidente Prudente realizou uma palestra e coordenou a publicação de uma série de artigos escritos por psicólogos na imprensa local.

No momento, essa sociedade está empenhada em ampliar seu quadro de associados e por isso solicita aos interessados de toda a região que entrem em contato com sua sede. O endereço é: rua Djalma Dutra, 119, sala 201-202 — CEP 19100 — Presidente Prudente *

“Clínica” suscita protesto

No dia 20 de setembro passado, a Associação de Ensino de Marília publicou, na imprensa local, anúncio onde destacava prestações de serviços gratuitos à população através de sua clínica psicológica. Segundo fontes ligadas às entidades que protestam contra a transformação da Associação em universidade, a clínica citada no anúncio não existe. Este fato foi confirmado também por um dos diretores e por psicólogos dessa instituição de ensino.

O caso deu origem a uma nota da Delegacia do CRP na região protestando contra o uso, por parte da Associação de Ensino de Marília, da carência da população e do prestígio dos serviços do psicólogo para a manipulação da opinião pública em favor do seu projeto de transformação em universidade.

Debate do Dia do Psicólogo ainda é tema de discussão em Ribeirão Preto

Em comemoração ao Dia do Psicólogo, a Delegacia de Ribeirão Preto promoveu palestra e debate sobre o tema “Psicólogo — Saúde Mental — Constituinte: Um Opção pelo Trabalhador”, proferida pelo conselheiro Antonio Waldir Biscairo.

O evento recebeu ampla cobertura da imprensa regional e contou com a participação dos psicólogos que, embora em número reduzido, debateram o tema proposto, bem como refletiram sobre a participação da categoria em eventos dessa natureza.

A partir desse encontro, os psicólogos propuseram-se a reunir-se semanalmente na Delegacia com o objetivo de concretização da mobilização da categoria na região. Estas reuniões que vêm acontecendo regularmente todas as segundas-feiras, às 20:30 horas, estão abertas a todos os psicólogos e estudantes de Psicologia e pretendem ser o núcleo de formação de outras comissões de interesse da categoria.

Criação de universidade particular gera polêmica em Marília

A Delegacia de Assis, juntamente com mais 23 entidades da cidade de Marília, vem participando de um movimento

em defesa do ensino público e gratuito. Movimento este deflagrado em reação ao projeto da Associação de Ensino de Marília em instituir-se como universidade particular.

Todas as 24 entidades são contrárias à implantação dessa universidade em Marília por entender que: 1º) a Educação em qualquer nível é um direito de toda a população e um dever do Estado, portanto é o Estado que deve arcar com o ônus da Educação através da escola pública e gratuita; 2º) A Associação de Ensino de Marília não possui a credibilidade necessária no campo do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços para instituir-se como universidade e assim conquistar plena autonomia para gerir, em seu âmbito, os negócios da Educação.

As entidades participantes desse movimento entendem, ainda, que a política de privatização do ensino implementada pelo regime anterior teve como principais consequências o rebaixamento do nível de ensino no País e a criação da corrupção no meio educacional. Denunciam, também, que, no crepúsculo desse regime, os conglomerados econômicos que se instalaram no campo da Educação estão numa corrida desenfreada para assegurar seus interesses (transformando-se em universidades), temerosos de que, com a Nova República, possam perder algumas regalias e privilégios.

Por isso, enfatizam a necessidade de uma ação urgente de todas as entidades profissionais no sentido de se procurar coibir mais esse golpe arquitetado contra a educação e que poderá causar-lhe danos irreparáveis — a proliferação das “universidades” particulares no Estado de São Paulo.

Psicologia e Instituição é tema de palestra em S.J. do Rio Preto

Realizou-se no dia 15 de outubro último, na Delegacia de São José do Rio Preto, palestra sobre a Atuação do Psicólogo em Instituição.

O evento contou com a presença das psicólogas Gislaine Gomes Canizza e Maria Alice Fachini, que vieram relatar aos profissionais da região as valiosas experiências que obtiveram na participação do Seminário Psicologia e Instituição, promovido pelo CRP-06 em agosto último.

ANOTE

ANOTE tem se caracterizado como uma seção de prestação de serviços através da divulgação gratuita de cursos e atividades que nos são encaminhados. Uma de nossas preocupações em relação à divulgação desse material é quanto à qualidade dos "trabalhos" que são oferecidos. Na medida em que ultimamente temos recebido algumas solicitações pouco completas em relação a cursos e eventos, estamos solicitando que esse material seja mais detalhado.

Com relação aos cursos, o CRP-06 pede que sejam fornecidos dados completos a respeito dos objetivos, fundamentação

teórica, forma de trabalho, material bibliográfico e custo. Em relação ao profissional, pedimos um pequeno currículo informando sobre cursos feitos e as atividades que já desenvolveu e que vem desenvolvendo. Das entidades promotoras de eventos e cursos, solicitamos informações sobre suas propostas básicas e, caso seja registrada no Conselho, seu número de inscrição.

Com esses pequenos cuidados, que a primeira vista podem parecer burocráticos, o Jornal do CRP-06 terá condições de melhorar ainda mais a seção ANOTE.

Será realizado em Havana, Cuba, no período de 30 de junho a 4 de julho de 1986, ENCONTRO SOBRE QUESTÕES TEÓRICAS, IDEOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA NA AMÉRICA LATINA. Promovido pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana e pela Sociedade de Psicologia de Cuba, o encontro visa examinar, aprofundar e desenvolver os pontos de contato e mútua colaboração entre o marxismo e a psicanálise. Os interessados podem obter maiores informações no seguinte endereço: rua Atibaia, 355 - CEP 01235 - São Paulo - fone: (011) 263-8637.

ψ ψ ψ

O Grupo de Seleccionados da Zona Oeste — Sezoe — estará realizando nos dias 12 e 13 de novembro próximo, às 19:00 horas, no auditório do Senac (rua Dr. Vila Nova, 228), o IV ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE RECURSOS HUMANOS. Maiores esclarecimentos pelo fone (011) 35-8113, ramal 120, com Ligia.

ψ ψ ψ

O INEF — Instituto de Estudos e Orientação da Família — estará promovendo, a partir de março de 86, CURSO DE FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS. As inscrições e o processo seletivo acontecerão nos meses de novembro e dezembro próximos. Os interes-

sados poderão obter maiores esclarecimentos pelo fone (011) 262-4308, ou no próprio INEF: rua São Geraldo, 38 - Perdizes - São Paulo.

ψ ψ ψ

A CNPL — Confederação Nacional das Profissões Liberais, com a colaboração do IBRART — Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, realizará, de 28 a 30 de novembro próximo, em Brasília, um debate nacional entre profissionais liberais, sobre ESTRUTURA SINDICAL E CONVENÇÃO 87 DA OIT. Maiores informações à Av. Almirante Barroso, 63 - grupos 2806/8 - fone (021) 240-1475 - CEP 20038 - Rio de Janeiro ou Edifício Gilberto Salomão — grupos 807/810 - S.C.S. - fone (061) 223-1683 - CEP 70305 - Brasília.

ψ ψ ψ

O Instituto Brasileiro da Família — Ibraf e a Sociedade de Estudos da Família — Sefam estarão realizando, de 1 a 3 de novembro próximo, no Convento das Irmãs Cabrini, em Paripeiros, São Paulo, o V ENCONTRO NACIONAL DOS INSTITUTOS DA FAMÍLIA. Durante o encontro serão abordados temas como A Família em questão, Adoção, Idoso, Estruturação do Ibraf - estratégias e plano de ação, alcoolismo, etc.

ψ ψ ψ

Foi criado, pela direção do Instituto Unificado Pau-

lista, o Centro de Pesquisa em Psicologia Objetivo. O Centro tem como finalidade facilitar as atividades científicas de pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa em Psicologia, bem como promover suas próprias pesquisas. Neste primeiro ano de atividades a área de investigação escolhida para ser trabalhada foi a da Atuação do Psicólogo no Conhecimento, Prevenção e Remediação da Delinquência e da Criminalidade. Maiores informações: Instituto Unificado Paulista — Centro de Pesquisa em Psicologia Objetivo — rua Luís Góes, 2.211 - CEP 04046 - São Paulo - SP.

ψ ψ ψ

Estão abertas as inscrições para os CURSOS DE FORMAÇÃO EM PSICODRAMA TERAPÊUTICO E PEDAGÓGICO. A promoção é da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama. Maiores informações quanto a horário e local das inscrições à rua Eça de Queiroz, 661 - Paraíso - fone (011) 570-9466, com Sandra.

ψ ψ ψ

O Instituto Pichon-Rivière estará com inscrições abertas entre 15 e 30 de novembro próximo para os seus cursos para o ano de 86. São eles: FORMAÇÃO DO COORDENADOR DE GRUPO OPERATIVO e PSICOLOGIA SOCIAL E TER-

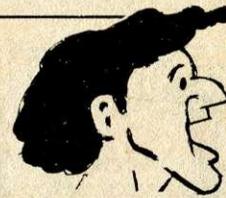
CEIRA IDADE. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no próprio instituto: rua Casa do Ator, 75 ou pelo fone (011) 61-9877.

ψ ψ ψ

A Casa do Psicólogo está iniciando a distribuição de um catálogo atualizado de livros e materiais de psicologia. Aqueles que não recebem correspondência da Casa do Psicólogo poderão solicitá-lo através de carta ou telefone: rua José dos Santos Jr., 197 - Brooklin — CEP 04609 — São Paulo - SP - fone: (011) 542-3102. Os catálogos serão remetidos gratuitamente.

ψ ψ ψ

XI ENCONTRO DE PSICOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA. Promovido pelo Centro de Estudos Psicológicos - CEPPI, órgão dos alunos do curso de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, o encontro será realizado de 7 a 10 de novembro próximo, na própria Faculdade (rua Dom Bosco, 284 - CEP 12600 - Lorena SP - fone (0125) 52-2033). O evento, que será dividido em duas partes — conferências e cursos — tem como objetivo proporcionar ao universitário e ao profissional em Psicologia e áreas afins a possibilidade de adquirir conhecimentos, como também servir para um momento de reflexão sobre sua atuação no Brasil.



PALAVRA ABERTA

A propósito do Editorial "O CRP deve fiscalizar?", da edição de agosto/85, o colega Gil José Câmara nos enviou a seguinte carta, endereçada ao articulista do artigo.

"(...) De há muito me sinto ferido, de um lado, pela inoperância da fiscalização e, por outro, pela sua operância inadequada. Sofri até agora pela inoperância porque, enquanto campeia a corrupção na área do psicotécnico para motoristas, onde também atuo, não encontro espaço para meu trabalho dentro da ética e, dessa forma, não sou procurado pela clientela e fico às traças. Ganham economicamente os desonestos, impunemente desonestos. Há anos que eles vêm ganhando. Há anos eu empobreço, e, comigo, meus filhos. E a fiscalização esvoaça.

Agora sofro pela operância inadequada.

Mereci a visita de um fiscal que acha que devo andar com as chaves no pescoço por considerar a única forma de se proteger um material que carrego desde 1967 (...). Que acha a minha produção das folhas de PMK — que com todo espírito de pesquisa faço, por ser conhecedor exímio desta técnica (...), por tê-la trabalhado em todo o decorrer deste últimos 26 anos — inadequada. E não pergunta por que faço isso, fazendo-se de surdo se eu explico.

Acho que a fiscalização deve ser feita, mas que se sintam os seus efeitos. O que não acontece. Que se faça fiscalização, mas de modo que não tire o grau de responsabilidade de cada um. Devo guardar os testes, mas vou guardá-los como eu quero. Com a minha responsabilidade e com o grau de capacidade mental que tenho. Não é o fiscal que vai me dizer como fazer isso. Caso minha negligência se prove (...), então devo ser punido. Mas o modo de guardar é meu, como o faço desde 1967, quando recebi do MEC meu credenciamento de psicólogo.

Uma fiscalização que, paternalisticamente, aponta o modo de como fazer as coisas (...), tira o grau de responsabilidade que cabe ao executor da medida. A fiscalização deve, portanto, ser adequada, respeitando-se ao menos o nível profissional do psicólogo, já que talvez o nível de sua idade não venha ao caso.

Quanto ao PMK, pode o CRP, pelo seu órgão fiscalizador, ser o promotor de editores inescrupulosos, como o Cepa e outros, ainda que indiretamente? E, depois, com tanto a fiscalizar, apontar o modo de ser de uma página, e isso com uma pessoa do meu grau de responsabilidade? Então, não se percebe que eu posso ter meus motivos sérios? E não se cogita que eu certamente não estou ferindo, já por hipótese, o valor da prova, visto eu ser um conhecedor de anos dessa técnica?

Estou ferido na minha honra pelo CRP, no seu braço fiscalizador. E isso eu não aceito!

E, com isso, estou de acordo com a perplexidade demonstrada pelo autor do artigo "O CRP deve fiscalizar?"

Eu posso ser questionado pela fiscalização (...), mas por uma fiscalização que saiba fiscalizar. E não por essa que vem ver se o pé da mesa está firme ou não, se há ou não chave no armário.

O que levaria ao comprometimento de todo um sistema de exames não é fiscalizado. Por quê?"

Gil José Câmara

CRP-06/0968 — São Paulo — SP

O CRP-06 RESPONDE:

Agradecemos a manifestação sincera do colega, que acreditamos expressar o inconformismo de psicólogos que se sentem pessoalmente ofendidos pela ação fiscalizadora do CRP. Procuramos estabelecer padrões de fiscalização sobre procedimentos, materiais e instalações, sempre que possível. Gostaríamos que os psicólogos vissem na ação do fiscal e da própria Comissão de Fiscalização uma presença de orientação normatizadora e necessária, embora de alcance menor do que o desejável. Não é de forma alguma um julgamento ou interferência no trabalho profissional, o que só pode ser feito como decorrência de um processo demorado e complexo, no qual, se aberto, há toda condição de defesa, recurso ao Conselho Federal e à Justiça Civil.

Quanto a corrigir erros estruturais do Psicotécnico, o colega sabe que estamos empenhados nisso e quão difícil é essa luta. Nós também achamos que devemos agir sobre as causas e não sobre as consequências.

O que fiscalizar e como fiscalizar são questões permanentemente abertas. Temos que buscar padrões e permanentemente aperfeiçoá-los. Estamos receptivos a propostas suas e de outros colegas que tenham contribuições a trazer.

J.S.N.

Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização

Agenda

18/9/85 — As psicólogas Maria Cristina Barbeta Miléo, fiscal do CRP-06, e Maya Hantower, membro da Comissão de Psicologia do Trânsito, estiveram presentes na abertura da Semana Nacional do Trânsito, promovida pela Secretaria Municipal de Transportes.

20/9 e 21/9/85 — O conselheiro Álvaro Trujillo e a fiscal do CRP Gláucia da Cunha Bastos estiveram em Brasília, em reunião das Comissões de Orientação e Fiscalização dos Conselhos Regionais com a COF do Conselho Federal.

selho Federal.

24/9/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve na Fundap, em reunião com outros Conselhos da área de saúde, discutindo o programa de bolsas dessa entidade.

24/9/85 — A conselheira Maria Inez Nunes Romeiro esteve proferindo palestra na Associação Valeparai-bana de Psicologia, durante as solenidades de comemoração de um ano de fundação da entidade.

26/9/85 — O conselheiro Antonio Waldir Biscaro es-

teve na Câmara Municipal de São Paulo participando do debate sobre Constituição e Previdência.

27/9/85 — Os conselheiros José Paulo Correia de Menezes, Yvonne Gonçalves Khouri, Carlos Rodrigues Ladeira e Nanci Buhner estiveram, na sede deste CRP, em reunião da Comissão de Supervisão com os supervisores de faculdades.

28/9/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellossi e a assessora jurídica Sílvia Helena Terra participaram do III Encontro de Psicologia da região de Campinas,

na mesa-redonda Psicologia Preventiva e Situação Político-social no Brasil.

30/9/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve presente na abertura do II Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar.

4/10/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri participou, durante o II Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, da mesa-redonda Análise da Formação do Profissional para a Atuação em Instituição Médica.

ERRATA

Em nossa última edição, em nota sobre o debate Saúde e Constituinte, promovido pelo Fórum dos Conselhos de Saúde, deixamos de mencionar o nosso próprio Conselho: o CRP-06. Publicamos, aqui, novamente, os Conselhos que compõem o Fórum: os Regionais de Assistência Social, de Enfermagem, de Farmácia, de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e o Federal de Fonoaudiologia.

Ex-alunos promovem encontro

A turma de 1975 de Psicologia da PUC de São Paulo está preparando encontro de comemoração dos 10 anos de formatura. Quem fez parte da turma e quer participar deste encontro pode entrar em contato com Bene, pelo fone: 852-7125, em horário comercial.

I ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA FEBEM

Cerca de 60 psicólogos estiveram reunidos no I Encontro de Psicólogos da Febem, que aconteceu em uma das unidades da entidade no dia 3 de outubro último.

Durante o encontro, que ocupou os períodos da manhã e tarde, discutiu-se, entre outros temas, condições de trabalho, a especificidade do trabalho do psicólogo na instituição e o seu papel dentro dela. Outra questão levantada, e que vem preocupando não só aos psicólogos mas aos trabalhadores em geral da Febem, foi a municipalização da entidade.

Um documento, que está sendo elaborado por uma comissão que foi escolhida no dia do Encontro, será enviado para a direção da Febem, para a Associação dos Trabalhadores da Febem e para as entidades representativas da categoria (CRP e sindicato). Nele constarão as conclusões e o posicionamento resultante do encontro dos profissionais da entidade.

O Psicólogo e a Saúde Pública

O 1º Encontro Estadual dos Psicólogos do Serviço Público Federal, realizado em Dezembro de 84, trouxe à luz trabalhos de colegas que até então eram praticamente desconhecidos.

Sabe-se de bons trabalhos, mas se desconhece. Por esta razão, a Comissão de Saúde começa a divulgá-los, através do **Jornal do CRP**, com a intenção de que os mesmos, uma vez conhecidos, possam, entre outros benefícios, aprimorar o atendimento psicológico oferecido nas instituições públicas.

“O ACIDENTE DE TRABALHO: UM ENFOQUE PSICOLÓGICO”

Psicóloga Marina Soares Rodrigues*

O acidente de trabalho é, de início, um acontecimento trabalhista. Imediatamente torna-se um fato médico. Depois, quando o acidentado chega até nós, transforma-se num fato humano. O fato, o acontecimento, transforma-se conforme o olhar que dedicamos a ele. O acidente de trabalho começa a se tornar um fato humano quando o entendemos como uma mensagem ou procuramos compreender a mensagem que ele possa conter.

O contato inicial com o trabalhador acidentado deixa a sensação de que o membro que falta é aquele que acusa. De início, é uma mensagem fechada em si mesma, que sai do corpo do trabalhador (não da sua consciência) e que tem como objeto o próprio corpo. Aliás, o corpo é tudo que o trabalhador sente que possui. Atacá-lo é o único meio que ele encontra de colocar um pedacinho de si numa estrutura tão fechada e rígida como é a estrutura das relações trabalhistas no regime de capitalismo selvagem que vivemos. O trabalhador começa a existir através do que ele perde, ele faz sua inscrição enquanto cidadão atacando sua condição de trabalhador, que consiste fundamentalmente em obedecer.

H. é um rapazinho de 20 anos que perdeu os dedos numa máquina. Ele conta que sua mãe bebe e que num dia depois de uma briga entre ela e o pai, ela tomou um monte de comprimidos. O rapaz a encontrou como se estivesse dormindo, meio desmaiada. Encontraram no banheiro as caixas de comprimidos e a levaram às pressas a um hospital. Depois de um mês, o rapaz fez a mesma coisa e acrescentou: era para ela sentir como ele tinha se sentido. O sujeito comunica-se com o corpo e declina a linguagem de violência que aprendeu a conhecer. Acredito que o acidente de trabalho tem um sentido muito próximo ao desse episódio, só que no caso relatado o objeto da vingança — a mãe — estava claro e no caso do acidente de trabalho está mais diluído: o objeto não tem inicialmente uma forma precisa. O objeto a quem é endereçada

a mensagem vai se transformando e aprofundando conforme adentramos no emaranhado da situação emocional do trabalhador. Recordo-me de um metalúrgico que percebeu uma anormalidade na lâmina de aço que a esteira vinha trazendo, ele sentiu o perigo: olhou para o encarregado que não disse nada, olhou para o colega que comandava a máquina que trazia a lâmina, ele também não parou a produção e o acidente acabou acontecendo: a lâmina saiu da esteira e cortou a perna do sujeito na altura da coxa, por muito pouco ele não perdeu a outra e também a vida. Quando terminou este relato, seu primeiro gesto, ressentido, foi no sentido de apontar a atitude do encarregado que não mandou parar a produção. Procurei lembrá-lo de que ele também não teve essa iniciativa, nem seu colega. O acidente acabou tendo um gosto de vingança contra o descaso do encarregado.

Numa situação extremamente hostil como é a condição de trabalho do operário no Brasil, o trabalhador procura um responsável por ela. O encarregado é uma figura que se presta bem a esta função. A situação hostil coloca um dilema para o trabalhador: ou ele se adapta passivamente a ela e então procura um culpado, ou luta pela sua integridade. Historicamente estas posições têm-se alternado, mas tudo indica que o acidente de trabalho configura o momento onde prevalece a posição de vítima à de lutar por uma vida mais digna. A formação de uma estrutura melancólica, onde se agride a si para atingir o outro, acaba sendo a alternativa que o trabalhador vislumbra como reação instintiva a um sistema que manifesta um profundo desprezo pela sua vida.

O caso deste metalúrgico nos faz pensar na importância do conceito de vítima quando procuramos entender a dinâmica psíquica do trabalhador. Para entender essa dinâmica é importante conhecer as vicissitudes da sua condição social. Na divisão da riqueza social, o trabalhador, enquanto homem pobre, não fica com nada de bom: sobra para ele a miséria, a falta de perspectiva social e sobretudo uma imensa *desconfiança* que a sociedade lhe dedica, justamente por ser pobre. E o que é pior, através do trabalho nunca poderá melhorar suas condições de vida. Ser pobre significa ser um marginal

em potencial. A carteira profissional é seu documento por excelência, com ela ele prova para a polícia que não é marginal. A carteira profissional atesta sua honestidade. O trabalho serve não só para prover sua subsistência, mas para garantir que não seja preso. Na relação da sociedade com o trabalhador, o aspecto moral torna-se preponderante. O primeiro gesto do trabalhador é sempre no sentido de se desculpar e mostrar que não foi ele. A culpa que a sociedade tem pelas precárias condições de vida da classe pobre (haja visto, o salário mínimo) inverte-se. E o homem pobre quem se sente culpado por desejar viver melhor. É mais fácil à percepção identificar uma individualidade perversa (ação marginal) do que uma estrutura social perversa, onde o sujeito trabalha, trabalha, trabalha e no fim tudo que ele possui é apenas a capacidade de trabalhar, quando ainda a possui.

No homem pobre, o desejo leva a marca do pecado. Como não é possível viver sem desejo, este se subverte, se inverte, perverte-se e vai passar a existir na dor. A sua subjetividade calada pela racionalidade do sistema, onde não sobra espaço nem tempo para ela se expressar passa a se manifestar através das queixas. A condição de vítima (do acidente de trabalho) o exime da acusação implícita de poder se tornar um bandido. Ele se maltrata para poder receber um pouco de atenção e consideração. A ação externa da autoridade social — a desconfiança e a humilhação — passa a se reproduzir internamente na sua dinâmica psíquica, através de uma ação cruel e impiedosa do superego. Essa ação é uma válvula de escape para a agressividade do sujeito. Então, à sua submissão manifesta corresponde uma intensidade equivalente de agressividade interna. O comportamento submisso manifesto é o avesso da agressividade latente, esta seria a castração que todo trabalhador sofre e que o acidentado manifesta explicitamente no seu órgão mutilado.

* MARINA SOARES RODRIGUES — CRP 06/1143, é Psicóloga Clínica com Mestrado em Psicologia Social — USP, Psicoterapeuta de Grupo do CETAG e Psicóloga do Centro de Reabilitação Profissional do INPS/SP.

ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBANA: UM ANO DE FUNDAÇÃO

A Associação Valeparaibana de São José dos Campos comemorou, no dia 24 de setembro último, seu primeiro ano de fundação. Um número significativo

da categoria na região esteve presente no debate que discutiu o papel e a importância da Associação para os profissionais locais. A palestra foi proferida

pela conselheira Maria Inez Nunes Romeiro, que salientou, em seu depoimento, a importância da existência da entidade para o reconhecimento do psicólogo na comunidade.

I ENCONTRO REGIONAL DE PSICÓLOGOS DO TRABALHO

Todas as primeiras e terceiras quartas-feiras do mês está se reunindo, aqui no Conselho, um grupo de psicólogos em-

penhados na organização deste encontro. Até este momento já contamos com a participação de cerca de 10 profissionais,

entre eles o Marco Antonio Salomão, o Gérson, o João Mendes, a Regina, a Denise. Esperamos a sua adesão.

NOTÍCIAS DAS DELEGACIAS

Novo delegado adjunto em Santos

A psicóloga Dorian Rojas Finocchio é a nova delegada adjunta da Delegacia de Santos. Sua indicação foi aceita na plenária geral de 21 de setembro último.

Após um ano de vacância do cargo, tornou-se concreta a necessidade de preenchê-lo a fim de se viabilizar a nova política de atuação conjunta fiscalização/delegacia, assim como visando melhor atender demandas específicas da região, ampliando, dessa forma, a vivência de co-gestão possibilitada pela participação na Comissão de Delegacias do CRP.

A psicóloga Dorian Rojas Finocchio é, atualmente, vice-presidente da Associação de Psicólogos de Santos, de onde traz, para compartilhar na Delegacia, sua experiência no que tange à mobilização dos psicólogos e alunos de Psicologia em torno de questões de interesse da classe.

Psicólogos de Presidente Prudente desejam expandir sua sociedade

A Sociedade de Psicologia de Presidente Prudente foi fundada em 5 de dezembro de 1983, sendo de âmbito regional e de caráter exclusivamente científico-cultural, congregando psicólogos, bacharéis em Psicologia e estudantes interessados no estudo e desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Nestes quase dois anos de existência, essa sociedade promoveu vários eventos culturais e científicos. Por ocasião da comemoração do Dia do Psicólogo, em agosto último, a Sociedade de Psicologia de Presidente Prudente realizou uma palestra e coordenou a publicação de uma série de artigos escritos por psicólogos na imprensa local.

No momento, essa sociedade está empenhada em ampliar seu quadro de associados e por isso solicita aos interessados de toda a região que entrem em contato com sua sede. O endereço é: rua Djalma Dutra, 119, sala 201-202 — CEP 19100 — Presidente Prudente *

“Clínica” suscita protesto

No dia 20 de setembro passado, a Associação de Ensino de Marília publicou, na imprensa local, anúncio onde destacava prestações de serviços gratuitos à população através de sua clínica psicológica. Segundo fontes ligadas às entidades que protestam contra a transformação da Associação em universidade, a clínica citada no anúncio não existe. Este fato foi confirmado também por um dos diretores e por psicólogos dessa instituição de ensino.

O caso deu origem a uma nota da Delegacia do CRP na região protestando contra o uso, por parte da Associação de Ensino de Marília, da carência da população e do prestígio dos serviços do psicólogo para a manipulação da opinião pública em favor do seu projeto de transformação em universidade.

Debate do Dia do Psicólogo ainda é tema de discussão em Ribeirão Preto

Em comemoração ao Dia do Psicólogo, a Delegacia de Ribeirão Preto promoveu palestra e debate sobre o tema “Psicólogo — Saúde Mental — Constituinte: Um Opção pelo Trabalhador”, proferida pelo conselheiro Antonio Waldir Biscairo.

O evento recebeu ampla cobertura da imprensa regional e contou com a participação dos psicólogos que, embora em número reduzido, debateram o tema proposto, bem como refletiram sobre a participação da categoria em eventos dessa natureza.

A partir desse encontro, os psicólogos propuseram-se a reunir-se semanalmente na Delegacia com o objetivo de concretização da mobilização da categoria na região. Estas reuniões que vêm acontecendo regularmente todas as segundas-feiras, às 20:30 horas, estão abertas a todos os psicólogos e estudantes de Psicologia e pretendem ser o núcleo de formação de outras comissões de interesse da categoria.

Criação de universidade particular gera polêmica em Marília

A Delegacia de Assis, juntamente com mais 23 entidades da cidade de Marília, vem participando de um movimento

em defesa do ensino público e gratuito. Movimento este deflagrado em reação ao projeto da Associação de Ensino de Marília em instituir-se como universidade particular.

Todas as 24 entidades são contrárias à implantação dessa universidade em Marília por entender que: 1º) a Educação em qualquer nível é um direito de toda a população e um dever do Estado, portanto é o Estado que deve arcar com o ônus da Educação através da escola pública e gratuita; 2º) A Associação de Ensino de Marília não possui a credibilidade necessária no campo do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços para instituir-se como universidade e assim conquistar plena autonomia para gerir, em seu âmbito, os negócios da Educação.

As entidades participantes desse movimento entendem, ainda, que a política de privatização do ensino implementada pelo regime anterior teve como principais consequências o rebaixamento do nível de ensino no País e a criação da corrupção no meio educacional. Denunciam, também, que, no crepúsculo desse regime, os conglomerados econômicos que se instalaram no campo da Educação estão numa corrida desenfreada para assegurar seus interesses (transformando-se em universidades), temerosos de que, com a Nova República, possam perder algumas regalias e privilégios.

Por isso, enfatizam a necessidade de uma ação urgente de todas as entidades profissionais no sentido de se procurar coibir mais esse golpe arquitetado contra a educação e que poderá causar-lhe danos irreparáveis — a proliferação das “universidades” particulares no Estado de São Paulo.

Psicologia e Instituição é tema de palestra em S.J. do Rio Preto

Realizou-se no dia 15 de outubro último, na Delegacia de São José do Rio Preto, palestra sobre a Atuação do Psicólogo em Instituição.

O evento contou com a presença das psicólogas Gislaine Gomes Canizza e Maria Alice Fachini, que vieram relatar aos profissionais da região as valiosas experiências que obtiveram na participação do Seminário Psicologia e Instituição, promovido pelo CRP-06 em agosto último.